



As origens da vinha no planalto de Alijó – o contributo da Arqueologia

Carlos A. Almeida
Ana Paula Almeida

1– A Geomorfologia do Concelho de Alijó

Uma parte do concelho de Alijó situa-se no coração da Região Demarcada do Douro, sendo excluídas as áreas de planalto que, geologicamente, correspondem a zonas graníticas. A área integrada na referida região caracteriza-se, por formações silúricas, correspondendo às vertentes voltadas para o Rio Pinhão, Rio Douro, Rio Tinhela e Rio Tua, fazendo parte, por isso mesmo, da *Terra Quente* (Taborda, 1932,12-14). Por força da sua inserção nesta Terra Quente Transmontana e por tal localização estar protegida dos ventos oceânicos “*pelas alturas ocidentais e pela Cordilheira Central*”, escapa ao frio mas também à chuva. Sítios há onde a precipitação média anual é inferior a 500mm, (Daveau, 2000, 44-45), quantidade claramente insuficiente para culturas que não estejam adaptadas a tão irregular regime climático.

Os contrastes paisagísticos e climáticos do concelho de Alijó resultam da especificidade do seu próprio território, que se divide em dois núcleos principais:

- 1º – O central, mais elevado e granítico, que integra os últimos relevos transmontanos com predomínio da influência atlântica, sem esquecer os patamares inferiores, adjacentes, que formam faixas de transição ecológica.
- 2º – As encostas dos vales dos rios Pinhão, Douro, Tua e Tinhela que se integram numa ecologia mediterrânica, muito marcada por culturas típicas deste tipo climático.

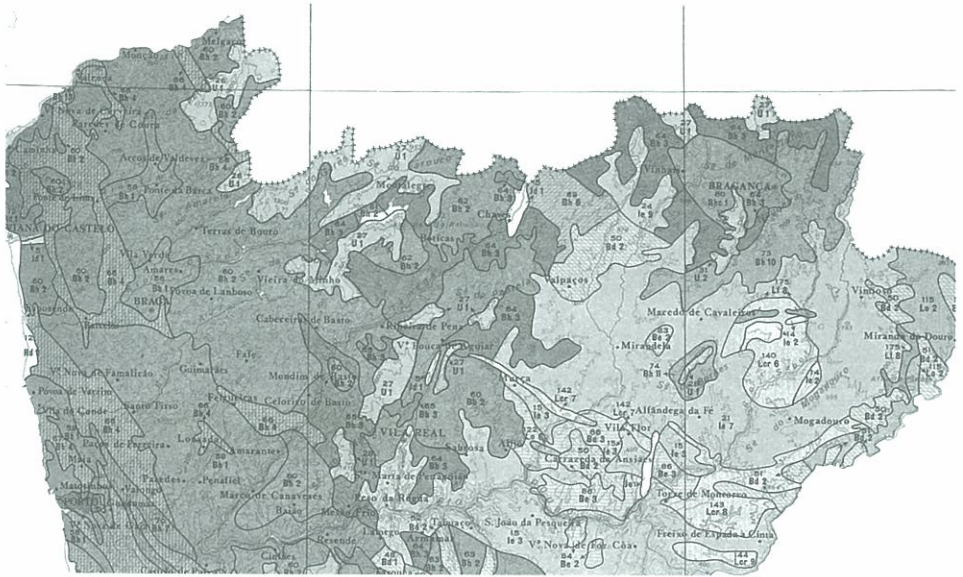


Fig. 1 | Carta de solos do Norte de Portugal

O concelho de Alijó é um verdadeiro laboratório geo-climático, num território de grandes assimetrias. Geograficamente está inserido na Terra Quente, mas há substanciais parcelas que fogem a esta caracterização. São elas as zonas dos granitos localizadas na área menos abrigada que corresponde ao planalto onde se situam as freguesias mais setentrionais, nomeadamente Alijó, Vila Chã, Vila Verde, Pópulo e Ribalonga. Têm um clima mais fresco no verão, mas também mais frio e mesmo desabrido no inverno, chegando mesmo a neve a salpicar as partes mais elevadas do concelho. Em contrapartida, o calor estival é particularmente abrasador nos vales dos cursos de água que debitam directamente para o Rio Douro. Se nos invernos mais rigorosos a temperatura mínima desce no planalto aos 0º graus, nos vales aconchegados e ravinosos do Tua, Tinhela ou Pinhão a temperatura máxima atinge em média mais de 32º no pico do calor estival que se prolonga por 4 meses (Daveau, 2000, 110).

Uma tão grande diferenciação geo-climática haveria de influir fortemente na cobertura vegetal e, por arrastamento, nos ecossistemas trabalhados pelo homem.

Nas zonas xistosas, mais concretamente nas encostas e vales dos maiores cursos de água, produz-se actualmente vinha, oliveira, amendoeira, figueira e citrinos. A vinha e a oliveira encontraram ainda nos vales cavados e mais protegidos das freguesias de Carlão, Santa Eugénia e Pegarinhos ponto ideal para um desenvolvimento de sucesso, apesar de se situarem em solos onde predomina o granito.



Nas zonas graníticas, no planalto, observa-se a prática de culturas de fraco rendimento – centeio, batata e produtos hortícolas – assim como a pastorícia (ovicaprinos) e o aproveitamento de recursos florestais. Nestes, a tónica actual está no pinheiro, mas já começam a aparecer pequenas manchas de eucaliptos. As espécies mais autóctenes, como o carvalho e o sobreiro, há muito que estão em clara regressão e o castanheiro, apesar da sua presença, nunca foi, verdadeiramente, árvore de sucesso nesta parcela do Alto Douro. Mais fama tiveram as laranjas de São Mamede de Riba Tua (Leitão, 1963, 33) e os figos secos que se produziam em Carlão e em outras zonas abrigadas e de cuja actividade ainda restam os tradicionais fornos de os secar.

Ao longo dos séculos a economia do concelho de Alijó assentou na pastorícia, na cultura da vinha, na produção de azeite e no cultivo do centeio, do trigo, do milho e do sumagre. O centeio e os ovinos tiveram, no planalto, zonas preferenciais e até mesmo de eleição. A batata colonizou, desde o séc. XIX, os muitos lameiros que se ajustam às massas graníticas. O trigo, a exigir solos mais quentes, desceu para os terrenos não ocupados pelas vinhas das encostas e vales abrigados. O olival foi sobretudo importante a partir de meados do séc. XVII, disputando os melhores terrenos à vinha, estando sobretudo implantado na sua bordadura (Cristovão et alii, 2001, 69-90). Esta tornou-se no expoente máximo da economia local. Nas zonas do xisto integrou a categoria dos vinhos de benefício considerados pela Casa do Douro como sendo “Vinhos do Porto”. Na parte baixa e meridional do planalto – freguesias de Alijó e Favaios – foi autorizada a sua comercialização como vinho beneficiado sob a designação de “moscatel”.

2- A Idade do Ferro

Antiga é a presença humana no concelho de Alijó. São conhecidas pinturas em Pala Pinta (Carlão) e gravuras rupestres na Botelhinha (Pegarinhos), sendo a anta da Chã um dos exemplos presentes das muitas sepulturas megalíticas que houve no aro de Alijó: as da Serra da Borneira e do planalto de Vilarelho (Alijó-Favaios) mais as madorras do Pópulo, estas a entrar pelo concelho de Vila Pouca de Aguiar (Botelho, 1896, 262-266; Almeida, 1992/1993, 234; Almeida et alii, 1983, 4851). Ao longo do I milénio aC os habitats da Idade do Bronze tinham esgotado a sua permanência activa, mas alguns deles estarão na origem dos castros da Idade do Ferro cuja organização sócio-política era divergente da anterior.

Os inventários realizados até agora a nível do concelho permitem contabilizar à volta de dezena e meia de castros, os quais se distribuem um pouco equitativamente por todo o território ou seja, há sensivelmente um castro por freguesia.

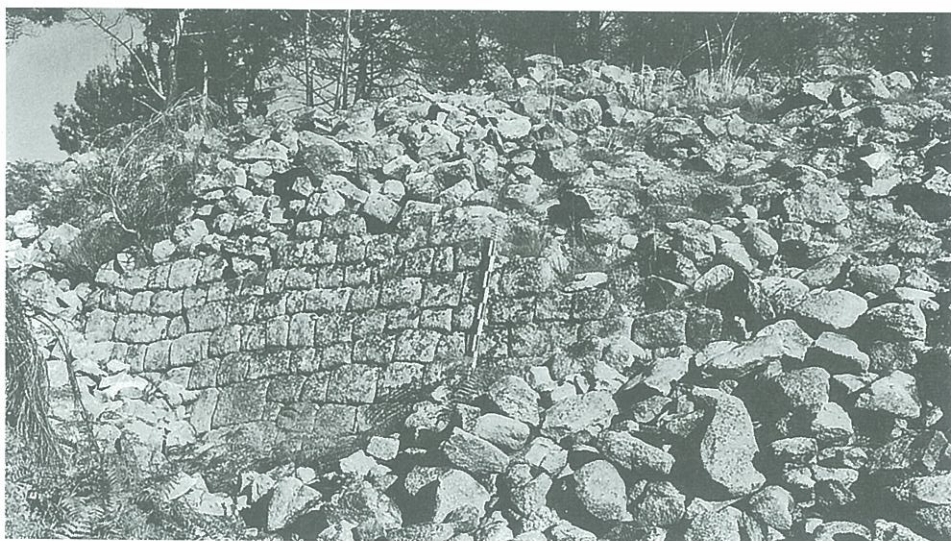


Fig. 2 | Muralha de época romana do Castelo do Cadaval – Murça

Na área onde predomina o granito, desde 1889 que se sabe haver uma série de castros, por vezes denominados castelos, embora efectivamente a sua ocupação nunca tenha tido qualquer relação com o mundo medieval. Devemos o seu conhecimento, sobretudo, a um investigador transmontano, de seu nome Henrique Botelho, que escreveu uma série de artigos para o Arqueólogo Português de então (Botelho, 1896, 264-266; 1905, 237-238). Os castros, cuja lista a seguir apresentamos, estão todos situados em solos graníticos, mesmo quando nas respectivas freguesias há terrenos silúricos onde a vinha pode e é classificada como de benefício. Referimo-nos, muito concretamente a Sanfins do Douro, Vilar de Maçada, Carlão, Pegarinhos e São Mamede de Riba Tua, onde esta dualidade geológica existe.

- 2 Castro de São Marcos – Pópulo
- 3 Castelo da Cerca – Vila Verde
- 4 Castro da Murada de Balsa – Vila Verde
- 5 Castro de Ascra – Vila Verde
- 6 Castelo de Castorigo – Pegarinhos
- 7 Castro de Vale do Mir – Pegarinhos
- 8 Castelo de Francelos – Vilar de Maçada
- 9 Castelo de Fiais – Vilar de Maçada
- 10 Castro de Nossa Senhora da Cunha – Alijó
- 11 Castelo da Borneira – Alijó
- 12 Castro “As Muralhas” – Favaios



- 13 Castro de Santa Bárbara – Favaios
- 14 Castro de Nossa Senhora da Piedade – Sanfins do Douro
- 15 Castelo de Carlão – Carlão
- 16 Castelo de Safres – São Mamede de Riba Tua
- 17 Castelo das Cortinhas ou Piolho – São Mamede de Riba Tua

Fora desta lista estão os castros que foram construídos em solos silúricos e que são somente dois – Castelo de Cheires – Sanfins do Douro e Castro de Vilarinho de Cotas – Vilarinho de Cotas, já que temos sérias dúvidas em considerar os sinais arqueológicos da Cerca, na freguesia de Castedo, como sendo provenientes de um castro. Dos dois o mais conhecido é sem dúvida o de Vilarinho de Cotas, sobranceiro à Quinta de Noval, por força do que escreveu Ricardo Severo no começo do séc. XX (Severo, 1905-1908, 263-269).

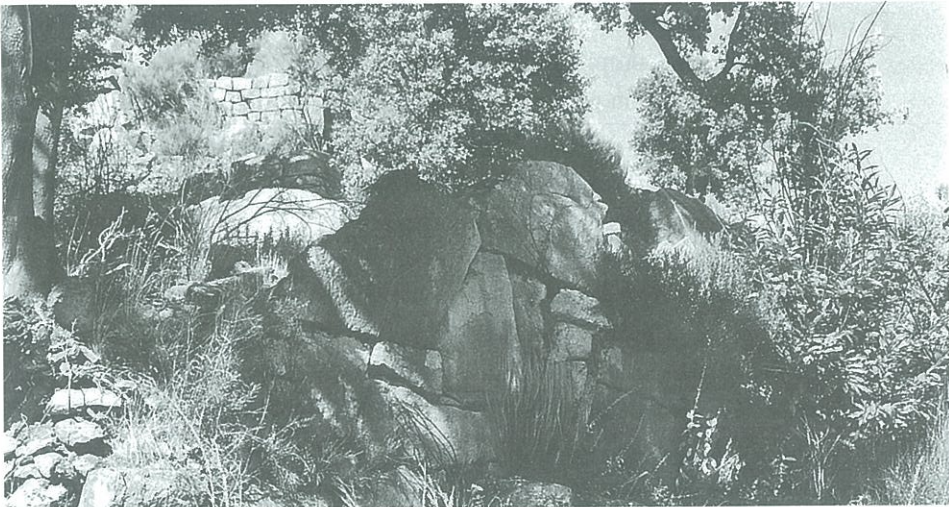


Fig. 3 | Muralhas do Castelo de Castorigo. A mais recuada mostra técnica romana

No início do processo de romanização verificou-se no concelho de Alijó uma diversificação da ocupação do solo e que se traduziu na procura de novos sítios para habitar. Esta realidade não sucedeu, porque os castros foram abandonados, antes pelo contrário, mas porque deles saíram habitantes que entenderam que algo estava a mudar nesta parcela da Ibéria, entretanto ocupada militar e administrativamente pelos romanos. Esta afirmação tem por sustentação a catalogação dos sítios arqueológicos com e sem indícios de Romanização. Dos 22 sítios identificados, 13 são castros com sinais de Romanização, situados no patamar de transição entre a matriz ecológica atlântica e a mediterrânica. Em muitos deles verifica-se

o extravasamento de material cerâmico de época romana para fora do perímetro amuralhado do povoado, como efectivamente acontece nos castros de Castorigo, de Carlão, de Vilarinho de Cotas e no castro do Piolho em São Mamede de Riba Tua.

Dos restantes sítios, 3 poderão corresponder a *villae*, 5 a casais romanos e 1 a um povoado romano já que aí foi recolhida uma ara dedicada a Júpiter.

Uma análise atenta à localização dos sítios arqueológicos, coloca em evidência uma efectiva dualidade ocupacional, demasiado evidente ao nível do espólio, mesmo que ele seja só de superfície. A resposta, essa é clara, porque permite dividir estas estações arqueológicas em duas categorias distintas, as quais se caracterizam do seguinte modo:

- 1º – Os *habitats* sediados em áreas afastadas dos cursos de água e nas quais predomina o granito, são mais pobres e arreigados aos modelos vivenciais da Idade do Ferro, vulgo castros.
- 2º – Os povoados situados nas vertentes do rio Douro, Pinhão, Tua e Tinhela, são áreas mais propícias ao cultivo da vinha, da oliveira e dos demais produtos que fazem parte da lista mediterrânica, o que os torna mais ricos e pujantes.

Os castros com índices de romanização

Os povoados cujo território faz parte do planalto e não integram faixas predispostas ao cultivo de espécies mediterrânicas, revelam ao nível do material cerâmico, baixos índices de romanização, mas não das suas estruturas habitacionais e defensivas. Por outras palavras, em castros como São Marcos, Balsa, Cerca ou Muralhas, não sendo fácil encontrar cerâmicas de fabrico romano, mesmo que seja a tão difundida telha ou *tegula*, a influência romana, mais ou menos directa, revela-se no modo de cortar, aparelhar e dispor as pedras nas paredes das casas e sobretudo das muralhas. Olhando para as muralhas dos castros da Balsa, de São Marcos ou para as do vizinho Castro do Cadaval, já em Murça, a influência romana é tão óbvia na maneira como os blocos graníticos, rectangulares e bem esquadriados, foram dispostos, que imaginamos estar a olhar para um *opus quadratum* distribuído em fiadas pseudo-isódomas de uma qualquer construção genuinamente romana.

Ao invés, os castros implantados no patamar mais baixo do planalto ou sobre os profundos vales circundantes, apresentam consideráveis indícios de romanização, afirmação que pode ser facilmente comprovada no Castelo de Carlão, em Castorigo, na Borneira ou no Castelo do Piolho em São Mamede de Riba Tua, todos

eles em conexão com o vale do Rio Tinhela. Nos dois primeiros há ainda a assinalar a presença de estruturas escavadas na rocha, que serviram para produzir vinho e porque não, o azeite (Almeida, 1992-93, 229-261; 1997, 21-30).



Fig. 4 | Vista panorâmica do Castelo da Borneira – planalto de Alijó

Os sintomas de Romanização nestes e noutros povoados, senão de origem, pelo menos de mentalidade castreja, estão para lá do tipo de aparelho usado nos muros e da existência de estruturas habitacionais quadradas ou rectangulares. Referimo-nos aos extensos e por vezes bem densos sinais de ocupação relacionados com o mundo romano que aparecem, sobretudo, na base da encosta do monte onde se encontram, já próximos dos primeiros terrenos agricultados, mas que também não descuram a meia-encosta e mesmo a periferia da muralha mais exterior. Neste grupo entram os castros atrás assinalados e outros que não mencionamos. Por exemplo, no Castelo de Castorigo, as cerâmicas conotados com a Romanização, nomeadamente os muitos fragmentos de *dolia*, trepam a encosta meridional do castro e quase que chegam ao povoado. No Castelo de Carlão, elas invadiram todos os espaços exteriores ao castro, estendendo-se mesmo para o outro lado do morro da Azinheira onde, a densidade e a qualidade dos sinais arqueológicos sugerem a existência se não de um bem dimensionado casal, seja de um *aedificiae* romano (Almeida, 1992-93, 229-261; 1997, 21-30). No Castelo do Piolho, a lavoura da encosta alterou ecossistemas e adulterou sinais arqueológicos. Por ali andam, irmãs, cerâmicas castrejas e romanas, mas o que não há dúvida alguma é que os sinais da Romanização são mais fortes no exterior daquela que seria a muralha mais

abrangente da sua antiga estrutura defensiva. Algo de semelhante ocorreu com o castro de Vilarinho de Cotas. Localizado no topo da colina da Quinta do Noval, os sinais conotados com a Romanização descem até às primeiras vinhas, abundando, sobretudo os fragmentos de *dolia*, na linha daqueles que foram encontrados na *cella vinaria* referenciada por Ricardo Severo (1905-1908, 263-269; Almeida, 1996, 266- 269).

As ocupações com chancela romana

Abstraindo-nos dos povoados indígenas que continuaram a ser ocupados, é possível seguir algumas das novas tendências do povoamento fomentadas por novos agricultores e por novas espécies cultiváveis que as primeiras experiências viriam a confirmar como facilmente adaptáveis a um clima em tudo semelhante a que estavam aclimatadas. Emerge assim uma nova estrutura produtiva revelada pela distribuição destes novos *habitats*, provavelmente explorações agrícolas, criados de raiz, no decurso da Romanização. Estabelecidos no patamar mais baixo ou nos vales encaixados é possível dividi-los em dois grupos distintos:

1º – O primeiro situa-se no patamar adjacente ao núcleo central do planalto, ou seja, na faixa de contacto entre o granito e o xisto. Esta área é favorável à ocorrência de recursos hídricos subterrâneos, forma de garantir o abastecimento de água em períodos de menor precipitação. Verifica-se, pois, tratar-se de um patamar com características ecológicas mediterrânicas assente numa mancha de solos de classe A, onde posteriormente viria a desenvolver-se uma vitivinicultura *sui generis*, que está na origem do já supracitado vinho moscatel. Um bom exemplo de sítios romanos existentes nesta faixa, são S. Domingos, S. Bento, onde há sinais de uma possível *villae* e S. Jorge de Favaios com uma estela funerária dedicada aos *Sagrados Deuses Manes* por três irmãs – *Faccila, Faccina e Materna* – em memória de um irmão falecido na idade de 18 anos (Almeida et alii (1983, 48-51).

2º – Este grupo está mais directamente sobre o rio Douro e seus dois afluentes Tua e Tinhela. Morfológicamente define-se por ter vales encaixados periféricos, que beneficiam de um microclima propício à produção da vinha. Visto estarmos perante uma faixa com vertentes acentuadas, provavelmente terão recorrido ao sistemas de terraços (antroposolos). As *villae* e os casais instalaram-se próximo de solos ligeiros, graníticos ou xistosos, sem especial aptidão agrícola ou em locais abrigados, com micro-clima

mas favoráveis ao cultivo da oliveira, da vinha e das árvores de fruto, nomeadamente a amendoeira e a figueira. O cereal seria eventualmente cultivado, mas com largos períodos de rotação.

No vale do Douro distribuem-se por relevos que permitem o controlo estratégico de corredores naturais de circulação – prováveis pontos de travessia do rio Douro e caminhos de acesso ao planalto – e conferindo-lhes uma boa localização para a venda dos excedentes. Corresponderão a *villae* e a casais rurais os sinais patentes em Vilarinho das Cotas – controlo da desembocadura do Pinhão – os de Santiago de Cheires, o Castelo de Castedo – controlo da desembocadura do Tua – a Cerca de Castedo e o sítio do Castelo dos Barcos.

Em qualquer um destes sítios a presença de cerâmicas romanas está mais que atestada, mas são os *dolia* quem verdadeiramente imperam. A sua função foi a de guardar e conservar cereais e líquidos e nestes a primazia ia para o azeite e no caso vertente, bem mais para o vinho. Muitos destes recipientes fragmentados foram observados no Castelo de Vilarinho de Cotas, no Castelo de Castedo, em Casal de Loivos, nas Cortinhas/Piolho (S. Mamede de Ribatua) e em São Bento (Favaios). Tratam-se de zonas xistosas, mais propícias ao cultivo e produção de vinho, desde os tempos primeiros dos romanos nesta região. Mas observemos três exemplos concretos:



Fig. 5 | Inscrição romana da Quinta de São Jorge – Favaios

O Castro de Vilarinho das Cotas é um dos sítios arqueológicos do concelho de Alijó que apresenta vestígios mais sólidos, passíveis de serem relacionados com a produção vinícola, já nos primórdios da Romanização. Implantado nas proximidades do rio Douro, sobre a Quinta do Noval, foi alvo de uma intervenção arqueológica nos inícios do séc. XX. Do espólio então exumado, destaca-se uma base de coluna, moedas que vão de Augusto a Constantino II, diversos recipientes cerâmicos, de entre os quais realçamos um *dolium* que, no momento da intervenção se encontrava intacto e que, segundo Ricardo Severo, o respon-

sável pela intervenção arqueológica, poderia ter albergado “o precioso licor de uva” (Severo, (1905-1908, 263-269). A revisão deste texto viria a colocar a tónica numa estrutura romana, provavelmente relacionada com um lagar para vinho (Almeida, 1996, 266- 269).

O Castelo de Castorigo, em Pegarinhos, na vertente meridional tem registados dois lagares cavados na rocha. Nos terrenos circundantes abundam os fragmentos de *dolia*, vestígios que se poderão relacionar com a produção vinícola em tempos mais recuados.

O Castelo de Carlão situa-se numa área geológica de contacto entre o granito e o xisto. Pela abundância de lagares identificados entre o Castelo e a Azinheira – um conjunto, a norte do Castelo, composto por sete lagares e um outro formado por seis exemplares, para além de mais dois lagares e um outro no interior da actual povoação de Carlão – pode-se concluir que o vinho terá sido um dos vectores que mais contribuiu para o progressivo desenvolvimento do sector agrícola, desde os inícios do processo de Romanização.



Fig. 6 | Lagar cavado na rocha da Azinheira – Carlão

A ocupação da Azinheira, pelo menos a partir da 2.^a metade do séc. I, aconteceu porque os indígenas romanizados preferiam os espaços mais amplos, com um novo tipo de construção, intimamente apropriado à realidade económica de



então, divulgada através de uma agricultura em expansão. A emergência deste sítio, poderá estar associada à saturação populacional da área habitada do Castelo de Carlão, que já não correspondia às novas exigências.

Ideia semelhante temos do sítio do Castelo em Castedo, um espaço amplo que remata num cabeço com ampla vista para o curso do Rio Douro. As vinhas rodeiam este espaço e ocupam-no mesmo na sua quase totalidade. Aqui, não deparamos com sinais de qualquer tipo de fortificação, mas as cerâmicas romanas e sobretudo os bocados de *dolia* são por demais evidentes.

Se as aras e estelas funerárias servem para aferir até que ponto um território se integrou no modelo político – religioso difundido pelos romanos, por sua vez a moeda revela processos de reestruturação da economia rural, que compra bens necessários ao seu desenvolvimento, ao mesmo tempo que vende produtos locais, certamente excedentários, que são encaminhados para outros destinos e mercados.



Fig. 7 | Estrada e ponte ditas romanas sobre o Rio Trovela - Murça

Ambos estão presentes neste concelho (Lemos, 1993; Almeida e Plácido, 1983,48-51), mas na área do xisto, que corresponde no presente à Região Demarcada do Douro, a que merece verdadeira atenção é a estela da Quinta de São Jorge, porque se trata de um núcleo familiar com posses e que vivia, caso não tenha sido deslocada, dos rendimentos oriundos da actividade agrícola, à qual o vinho não deveria ser estranho. O espaço geográfico onde a quinta se insere tem condições óptimas para a prática agrícola, nomeadamente para o plantio da vinha, pois bene-

ficia de boa exposição solar, de água e de solos de qualidade. As demais epígrafes, nomeadamente, a ara atribuída a Júpiter que é de Ribalonga (CIL, II, nº 2386) e uma outra que tem sido atribuída ao Pinhão, têm outros contextos e certamente outras conotações que não objectivamente o sector agrícola, embora a pessoa em questão possa ser considerada como um emigrante (Tranoy, 1981, 251-253).

Circular neste território nem sempre foi fácil. O acidentado do terreno, a descontinuidade orográfica e sobretudo a existência de fundos vales com cursos de água fortemente encaixados, colocaram desde sempre sérias dificuldades de penetração e em especial de circulação. Mesmo que a administração romana tenha lançado qualquer programa de estradas a partir do rio Douro para norte, neste concelho a única via verdadeiramente conhecida situa-se na parte setentrional do planalto, não andando muito longe do traçado da estrada nacional que liga Vila Real a Murça. Ao chegar ao Pópulo, vinda dos lados de Ribalonga, passava nas imediações dos castros de São Marcos e do Cadaval, descendo aí para o rio Trovela, onde costuma ser apontada, a ponte que lá está, como tendo uma origem romana. Nada mais enganoso. A ponte foi construída no reinado de Filipe I, sendo portanto obra do final do séc. XVI. Os acessos que se vêm ainda calcetados, de ambos os lados da ponte, também nada têm a ver com a técnica viária romana. A engenharia romana construía estradas que se moldavam à topografia do terreno, o que não acontece com os lanços íngremes que rematam em cotovelo no fim de cada lanço e muito menos adoptavam o modelo de calceta que ali subsiste. Se as características da estrada podem ser coincidentes com a cronologia da ponte, o lajeado, esse é bem mais recente, como o comprovam os diversos desvios de água inseridos ao longo do percurso e que são contemporâneos da sua colocação. Cabe aqui no entanto fazer uma ressalva. Não sendo a ponte sobre o Trovela obra de romanos, não é de excluir que naquele sítio tenha havido uma outra antes de ser substituída pela actual. Aliás o percurso romano não calcorreava trilhos assim tão distantes.

Quanto à presença da moeda romana, podemos dizer que neste espaço há alguns elementos valiosos e até mesmo significativos. Até ao presente foram identificados 3 tesouros monetários, um outro não datado e um achado avulso. Um dos mais significativos achados situa-se em São Mamede de Ribatua, precisamente no tal castro do Piolho ou Cortinhas. Pela sua composição e cronologia estará relacionado com as campanhas militares iniciadas em 29aC contra os povos mais setentrionais da Península Ibérica (Centeno, 1987, 81). A instabilidade então criada motivou a procura de esconderijos para determinados pecúlios – são cerca de meia centena de denários e 1 torques de prata – numa altura que as populações da bacia do Douro ainda desconheciam o modelo de administração a implantar pelos romanos, bem



como actuavam os seus agentes. Tratando-se de um valor respeitável, não é crível que o proprietário o tivesse conseguido vendendo somente produtos agrícolas e entre estes, o vinho. Pensamos que ainda era cedo para o fazer. Daí que tenhamos de admitir que a venda de gado e mesmo de minérios fosse, na altura, uma actividade bem mais lucrativa que a agricultura, essa sim com carácter marcadamente de subsistência. Os tempos lucrativos com a venda do vinho e do azeite ou do sumagre ainda estavam longe.

A mesma ilação poderemos tirar do conjunto monetário encontrado na área do Pópulo, sítio onde se localizam dois importantes castros – São Marcos e Cada-val – qualquer um deles com sintomas de Romanização ao nível das estruturas e mesmo do espólio cerâmico. A cronologia aponta para um tesouro escondido na mesma altura do anterior e as condições sócio-económicas do seu possuidor não seriam muito diferentes daquele que morava na actual freguesia de São Mamede de Ribatua.

Conclusões já um pouco diferentes podemos extrair do tesouro de Sanfins e das moedas de Vilarinho de Cotas. O primeiro foi encontrado no Monte de Nossa Senhora da Piedade, isto é no castro que ali havia e que as obras feitas, por causa da capela e espaços envolventes, haveriam de destruir na sua quase totalidade. As moedas de Vilarinho de Cotas apareceram em Orgueiras, sítio relativamente perto do castro. Em ambos os casos são numismas com cronologias que se integram plenamente no mundo romano e consequentemente na sua actividade económica. Mesmo sendo pertença de habitantes do ou dos castros, não é de excluir uma actividade económica centrada em torno da agricultura e em especial do vinha. A primeira das freguesias tem na actualidade largas fatias ocupadas com vinhas de benefício e a segunda, essa integra-se totalmente na larga mancha silúrica que desce, por vezes, bem abruptamente, até ao curso do Rio Pinhão.

Bibliografia:

- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1992/ 93) – *O passado arqueológico de Carlão – Alijó*. Separata da revista “Portugália”, nova série, vol. XIII-XIV, F.L.U.P., Porto.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, e PLÁCIDO, Manuel Alves (1983) – *A estela funerária romana da Quinta de S. Jorge, Favaios - Alijó*. Revista “Arqueologia”, n.º 7, G.E.A.P., Porto.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1996) – *Alguns Apontamentos sobre a estação arqueológica de Vilarinho de Cotas – Alijó*, in Douro – Estudos & Documentos , 1 (1), Porto.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de; Pinto, Paulo J. Costa; Almeida Pedro Miguel D. Brochado de (1997) – *Os lagares cavados na rocha do Castelo de Castorigo – Pegarinhos (Alijó)* in Douro – Estudos & Documentos, 2 (4), Porto.

- BOTELHO, Henrique (1896) – *Antas e castros do concelho de Alijó* in *Archeólogo Português*, Vol. II, Lisboa, p. 264-266.
- BOTELHO, Henrique (1905) – *Archeologia de Trás-os-Montes* in *Archeólogo Português*, Vol. X, Lisboa, p. 237-238.
- CENTENO, Rui M. S. (19887) – *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Porto.
- CRISTOVÃO, Artur (2001) – Artur et alii – *Nem só de Vinho vive o Douro: outros recursos da agricultura duriense* in *Encontros na Casa da Calçada. O Douro em debate*, Actas III, Santa Maria da Feira.
- DAVEAU, Suzanne (2000) – *Portugal Geográfico*, Ed. João Sá da Costa, Lisboa.
- HUBNER, E. (1869) – *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CIL II), Berlim.
- LEITÃO, Fernando Rodrigues (1963) – *Monografia do Concelho de Alijó*, Liboa.
- LEMOS, Francisco de (1993) – *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental. O Povoamento Romano. Conclusões. Bibliografia*. Tese de Doutoramento